

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de julho de 2010.

PRESIDENTE: DEP. EDSON PIMENTA “3º SECRETÁRIO”

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Valmir Assunção, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar a pauta que já foi lida. Não há Pequeno, nem Grande Expediente.

(Lê) “Requerimento. Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, artigo 92, do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 15.266/2006 e o projeto de Lei nº 18.698/2010.”

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, solicito a V.Exª uma verificação de

quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, quero solicitar a compreensão do deputado João Carlos Bacelar a respeito da possibilidade de firmarmos um acordo para concluirmos os trabalhos legislativos no dia de hoje. Já apresentei à Bancada de Oposição uma proposta concreta na perspectiva de acordarmos para o processo de votação. Coloco-me à disposição do deputado Heraldo Rocha, caso seja necessário, logo em seguida, para uma nova rodada de conversação.

Por esse motivo, Sr. Presidente, gostaria de conclamar a sensibilidade da Liderança da Minoria, na perspectiva de chegarmos a um entendimento e abrirmos um diálogo, uma conversação para viabilizarmos o processo de votação. Estamos abertos a essa possibilidade. Logo após a nossa participação nesta questão de ordem, convido o deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, e o deputado Leur Lomanto Júnior, Líder do PMDB, para conversarmos a esse respeito, pois há, de fato, uma expectativa desta Casa Legislativa de apreciar, votar e aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma legislação imprescindível à orientação e à elaboração do Orçamento do Estado da Bahia para o ano de 2011.

Portanto, é com ponderação e tranquilidade que convido o Líder da Minoria para conversarmos, dialogarmos a respeito da busca do entendimento. É importante que possamos concluir os trabalhos, no dia de hoje, tendo em vista que há uma expectativa dos parlamentares de imediatamente se dedicarem as suas campanhas eleitorais. O período de campanha eleitoral já se iniciou, as comunidades estão aguardando a participação dos parlamentares apresentando as suas propostas e os seus projetos. Espero que possamos, efetivamente, chegar a um bom termo.

É nesse sentido que quero convidar, convocar todos os parlamentares da nossa Bancada. É urgente, necessário e imprescindível que os deputados que se encontram em seus gabinetes se desloquem ao plenário. Não havendo quórum, neste segundo momento, teremos que encerrar a sessão, e naturalmente não teremos a possibilidade de apreciar nenhum dos projetos, inclusive a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por isso, convido os colegas da nossa Bancada para que, imediatamente, possam se deslocar ao plenário desta Casa Legislativa, pois há uma solicitação de verificação de quórum de continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, convido todos os parlamentares da nossa base para, imediatamente, se deslocarem ao plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas da Bancada do Governo, por gentileza, se desloquem ao plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum de continuidade da presente sessão. É urgente, indispensável e necessário que os deputados da nossa base se façam presentes ao Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum.

Necessitamos de 21 Srs. Parlamentares em Plenário. Por isso solicito, Sr. Presidente, que faça soar as campainhas e mande marcar 15 minutos, convocando

todos os deputados para que possamos recompôr o quórum e apreciar os projetos que estão em pauta nesta sessão.

Muito obrigado. Era essa a nossa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Serão atendidas as questões de ordem dos deputados João Carlos Bacelar, que solicitou verificação de quórum, e do deputado Waldenor Pereira, que solicita a todos os membros da Bancada da Maioria, da Bancada Independente e da Bancada da Minoria que compareçam ao Plenário.

Solicito ao operador que zere o painel para que possamos computar os 15 minutos, ao mesmo tempo em que peço, mais uma vez, para fazer soar as campainhas para que todos os Srs. Deputados possam comparecer ao Plenário, tendo em vista que há um pedido de verificação de quórum.

Quero registrar que há importantes projetos para serem apreciados e, portanto, a presença de todos os Srs. Parlamentares, no Plenário, é indispensável.

Convoco a Bancadas da Maioria e da Minoria e a Bancada Independente para que venham ao Plenário registrar suas presenças, para que possamos dar continuidade à apreciação desses importantes projetos já relatados aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Questão de ordem, dentro dos 15 minutos, aos deputados João Carlos Bacelar, Valmir Assunção e Zé Neto, sendo 5 minutos para cada parlamentar.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, quero aproveitar estes 5 minutos para esclarecer a quem acompanha esta sessão, seja pessoalmente ou pela televisão, o que está acontecendo. O que está ocorrendo é que o governo não dá a menor importância a esta Casa Legislativa. Este governo trata esta Casa como um anexo do Palácio de Ondina. E um anexo daqueles mais desprestigiados, mais distantes dos aposentos e da residência do Sr. Governador, que não discutiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esta importante peça, que dita as normas para que o Orçamento do Estado seja elaborado, não foi discutida em nenhuma comissão da Casa, principalmente na Comissão de Finanças.

Todo o discurso do Partido dos Trabalhadores se contradiz com a prática desse partido. Vejam que esse é o partido que, quando na oposição, desfraldava a bandeira do orçamento participativo.

Hoje, deputado Zé Neto, eu tenho a certeza de que V.Ex^a é contra isso. Chega a Lei de Diretrizes Orçamentárias a esta Casa, nenhum deputado discutiu e querem votar no afogadilho, na pressa, sem a devida discussão.

A Oposição apresentou a esse importante projeto de lei cerca de 25 emendas. Nós precisamos saber quais dessas emendas, deputado líder, o governo aceitou. Estamos dispostos e abertos à negociação. Mas precisamos saber quais são os parâmetros, as bases, o que o governo vai ceder entre essas emendas apresentadas.

O que o governo quer? Ele quer passar o rolo compressor. Que não tenha discussão, debate, porque o governador trata esta Casa como um Poder subalterno, um Poder submisso, além de o governador não ter uma prática republicana nem democrática. Pelo contrário, a prática do Sr. Jaques Wagner é uma prática coronelista.

É o novo Odorico Paraguaçu da Bahia, que gosta de colocar ambulâncias e viaturas no canteiro central da Paralela, lembrando um antigo governador que este Estado teve. O discurso, deputado Jurandy, é diferente, mas a prática é a mesma. Pior, porque nunca na história desta Casa, que eu tenha tido conhecimento, se votou a LDO e outros projetos do Executivo sem que houvesse discussão. A Bancada do governo não quer discutir nada, ela apenas reproduz aquelas mesmas práticas do cartãozinho do deputado para indicar subdelegado e delegado de polícia.

Mas tenho certeza de que o deputado Zé Neto vai citar os pontos importantes da LDO, vai dizer qual é a margem de negociação... Por isso, Sr. Presidente, que estamos obstruindo. Ou aceitam emendas à LDO ou nós não vamos votar.

O Sr. Valmir Assunção:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado Valmir Assunção por 5 minutos ou até conseguirmos a presença de 21 Srs. Deputados em Plenário. No momento temos 15. Aproveito para convocar todos os demais a virem marcar suas presenças.

O Sr. Valmir Assunção:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estou preocupado com a estratégia da Oposição. O deputado João Bacelar acaba de dizer que não vota a LDO, porque ela não foi discutida na comissão.

Ora, aqui nesta Casa há dezenas, centenas de pessoas, companheiros índios e não índios, que vieram acompanhar a votação de um projeto que foi discutido ontem na reunião da comissão. E eles não estão aqui por causa da LDO, não. Na verdade, querem que se aprove um projeto de lei que permita uma revisão dos limites de diversos municípios do Estado da Bahia. Repito, é por isso que eles estão aqui. E mais, esse projeto já foi debatido ontem.

Quando a Oposição pede verificação de quórum para a continuidade da sessão, está dizendo a esses companheiros lutadores que vieram para cá que não quer votar. Não posso concordar com isso. A LDO é outro debate, é outra discussão. O Líder do governo, deputado Waldenor, disse que está esperando a Oposição dispensar as formalidades para encaminhar o processo de votação. Mas aí o deputado pede verificação de quórum para a continuidade da sessão. Está fazendo isso porque quer derrubar a sessão; se quer derrubar, não quer votar. Não posso concordar. Todos os índios, todos os prefeitos, todas as lideranças estão vendo isso.

Então, deputado, para ser sensato, acho que a sessão deve continuar para podermos votar esses importantes projetos, como o dos índios. Em relação à LDO, vamos debatê-la, vamos discuti-la. Estamos num processo importante, não podemos interrompê-lo. Ou seja, não podemos derrubar uma sessão em que há diversos projetos importantes a serem votados e aprovados.

Sr. Presidente, quero também dizer que hoje é uma data importante, 13 de julho – o número 13 é sugestivo para povo da Bahia e do Brasil –, porque, hoje, o Estatuto da Criança e do Adolescente hoje, completa 20 anos o Estatuto da Criança e Adolescente, que veio construir uma política para criança e o adolescente neste País...

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Contamos já com as presenças de 21 Srs. Deputados. Solicito ao colega que conclua o seu raciocínio para que possamos

dar continuidade à presente sessão.

O Sr. Valmir Assunção:- Estou concluindo, Sr. Presidente.

Então, hoje completa 20 anos o Estatuto da Criança e Adolescente, instrumento importante para que os prefeitos, em todos os estados, possam viabilizar formas de cuidar das crianças e adolescentes, pois esse é o sentido maior da vida pública e dos políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PSC, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, eu usarei a palavra por 5 minutos; e, em seguida, o deputado José Nunes falará por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, por gentileza, esta sessão extraordinária é para se votar quais projetos?

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Já foi lido. Talvez V.Ex^a estivesse conversando com outros colegas e não ouviu a leitura do requerimento. Mas solicito à Secretaria da Mesa, já que consta aqui um outro requerimento...

Serão votadas as seguintes matérias: projeto de lei nº 15.266/2006...

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Trata de quê, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Trata da extinção da tarifa-assinatura telefônica, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Tudo bem, muito obrigado.

E o segundo?

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- O outro é o projeto de lei nº 18.698/2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias, em 1º turno.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Então, quero chamar a atenção, principalmente da comunidade indígena. O deputado Valmir Assunção disse aqui que esta sessão era para se discutir o projeto que trata dos limites territoriais. Foi um equívoco, acho que inconsciente, do deputado Valmir Assunção. Isso é comum fazerem com as comunidades indígenas, dizerem que está-se discutindo uma coisa e se discutir outra.

Então, é bom que fique claro. Não estamos aqui em sessão convocada para discutir qualquer projeto que trate de definição de limites. Pode ser que hoje, já que estão convocando extraordinárias e extraordinárias, até esse projeto entre na pauta, mas não está na pauta. Foi por isso, deputado Valmir, que solicitei a verificação de quórum. Porque em relação a esse, de definição de limites, há um certo consenso, mas em relação à LDO não há consenso algum.

E é bom que fique claro que tudo isso está ocorrendo porque o governo transformou esta Casa num simples anexo do Executivo, porque o governo não respeita esta Casa, pois seus projetos vem para esta Casa e não são discutidos nas

comissões. Queremos democracia, amplo debate, mas só no discurso, na prática isso não se faz.

E não se faz aqui, o que é o maior exemplo. Esta Casa deveria ser um grande palco para as discussões dos problemas do Estado, ser o local privilegiado para intermediar os conflitos existentes na sociedade baiana. Mas nada, esta Casa abdicou de todas as suas funções, das funções de fiscalizar o governo, de criticá-lo, de sugerir, de discutir os projetos de lei. Abdicou de tudo isso em favor do clientelismo, da distribuição de ambulâncias e de viaturas, da nomeação de professores através do REDA, da nomeação de delegado de polícia, da perseguição a oficiais da polícia haja vista a última exoneração do comandante do batalhão de Serrinha que disse claramente que pedia demissão porque estava recebendo ordens do governo para soltar marginais. Quem disse isso foi o coronel comandante do batalhão de Serrinha.

É este o governo que se diz republicano, é este o governo que se diz democrático, que diz que veio para mudar as práticas da Bahia. As práticas são piores do que as que existiam antes porque além de tudo são acompanhadas pelo desastre de uma equipe altamente incompetente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):-Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Zé Nunes.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr^{as} Deputadas, meus queridos amigos de Banzaê da tribo Tariri, é um prazer enorme estar aqui nesta tribuna para dizer a todos os Srs. Deputados como também aqueles que nos assistem que eu em particular sou favorável à aprovação do projeto nº 18.621. Na verdade é um projeto que faz justiça a todos os 417 municípios da Bahia. Não vejo por que questionamento dessa ordem uma vez que o projeto nº 18.621 apenas dá início a um processo que possibilita que os municípios possam respirar com tranquilidade os limites administrativos e esses serão realmente aferidos pelo CEI, posteriormente virá a esta Casa para ser referendado, portanto resolve definitivamente os conflitos que hoje atingem quase a totalidade dos municípios baianos.

Vejo que não é possível, nobre deputado Álvaro Gomes, que um município viva a 20,30,40,50 anos administrando uma área territorial, um povoado, uma fazenda e lá realmente instalações como prédios escolares, agudadas, postos de saúde e hoje veja esse município pertencer a outro município que não tem nada a ver. A briga daqueles que não querem dessa forma é porque querem aumentar a sua população pondo na área administrativa dos outros municípios.

Creio que a grande maioria dos deputados desta Casa votarão a favor do Projeto de Lei nº 18.621. Fica aqui o nosso apelo, e não tenho dúvida de que os Líderes de todos os partidos já estão estudando e a grande maioria convencidos de que se deve votar favoravelmente a esse projeto.

Há pouco conversava com o Líder da Minoria desta Casa, deputado Heraldo Rocha, que chegou a me dizer que praticamente já está convencido de que nenhum município do nosso Estado vai ter prejuízo.

Quero dizer aos senhores que votarei a favor desse projeto, como também o deputado Álvaro Gomes está fazendo um trabalho intenso para votar o seu projeto de isenção da tarifa dos telefones fixos e devo dizer, nobre deputado Álvaro Gomes, que também sou a favor do seu projeto, porque não é possível que o consumidor possa pagar 41 reais de tarifa fixa, quando muitas vezes esse consumidor não tem o gasto nem de 20 reais de consumo.

Desta forma, é um projeto justo, mas quero ouvir do nobre deputado que ele também pode se posicionar contra o veto, se eventualmente o governador vier a vetar esse projeto, demonstrando a coerência do seu posicionamento político, porque isso é muito importante para esta Casa.

Espero, deputado Álvaro Gomes, que caso haja o veto do governador, não venha aqui dizer que ele está certo e, assim, se posicionar contra vosso próprio projeto.

Aqui fica aqui o meu compromisso de votar favoravelmente ao vosso projeto, como irei votar favoravelmente ao projeto 18621 que dá tranquilidade para a divisão territorial de todos os municípios.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o Líder da Maioria ou representante do PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, por todo o tempo o deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Edson Pimenta, companheiros e companheiras, companheiras e companheiros representantes das comunidades indígenas, minha solidariedade e minha concordância com a luta dos companheiros, um grande abraço à minha companheira Tainá, lutadora das causas não apenas das comunidades indígenas, mas uma lutadora pela democratização da gestão e da política cultural do Estado da Bahia.

Parabéns pela sua luta. Tainá, você sabe que esse elogio não é mera formalidade, mas a reafirmação de um compromisso que temos há alguns anos.

Presidente, não pude estar presente nas duas primeiras sessões, porque estava sendo atendido no Serviço Médico e acabei sendo adormecido, por recomendação do Dr. Leonardo, a fim de estabilizar a pressão arterial e poder participar dos trabalhos desta parte da tarde e da noite. Por esta razão, não pude dar presença quando foi convocada a verificação de quórum para a votação das matérias que já estavam e continuam em pauta nesta tarde.

Espero agora poder continuar até o final e contribuir nos debates, com a minha votação para este projeto fundamental, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o projeto que põe fim à taxa telefônica, do companheiro Álvaro Gomes, que é um projeto de referência. Tanto o projeto de Álvaro Gomes como o que está recebendo

assinaturas de apoio, do deputado Clóvis Ferraz, que é presidente da UNALE, resgatando os poderes para a Assembleia Legislativa, quanto à definição de novos municípios. Apesar das polêmicas que sempre envolvem essas matérias, sou contra o processo que estamos vivendo de esvaziamento das funções e poderes das Assembleias Legislativas.

No futuro, os Orçamentos no Brasil deverão ser impositivos, portanto, o Orçamento do Estado da Bahia e demais orçamentos, como o orçamento federal, deverão ser leis que serão cumpridas rigorosamente, tal qual está posto no seu texto, e a Assembleia Legislativa deveria não diminuir suas funções e tarefas, mas aumentar as suas competências para que ela possa ser um poder efetivamente sentido pela população no seu dia a dia, que a sociedade baiana como as demais sociedades dos outros Estados brasileiros esperam que suas Assembleias Legislativas cumpram um papel eficiente, um papel de atuação permanente em torno dos grandes problemas do seu respectivo Estado.

Muitas vezes temos aqui no plenário o resvalar para uma abordagem chula, para uma abordagem pequena, uma abordagem rasteira de temas que têm uma importância muito pequena ou muito relativa e, ao mesmo tempo, deixamos de lado grandes assuntos. Hoje mesmo deveríamos estar discutindo essa medida que foi adotada pela Justiça, por uma determinada instância da Justiça, suspendendo temporariamente a licitação da ferrovia de Tocantins, limite lá, litoral de Ilhéus. A Ferrovia Oeste-Leste tem uma importância fundamental para a economia da Bahia, é o carro-chefe das obras do Programa de Aceleração de Crescimento do presidente Lula aqui, no nosso Estado, e corresponde a uma nova política do governador Wagner quanto à industrialização do Estado, especialmente seu Interior.

Todos nós sabemos, deputado Pimenta, V.Ex^a que é um homem que conhece como ninguém aqui nesta Casa todos os recantos do Interior baiano, que era necessário sair daquele modelo de investimentos que tínhamos até então, que era o investimento concentrado na Região Metropolitana de Salvador, juntando aproximadamente 83% dos investimentos privados e públicos e deixando o interior à mercê de um modelo de Paulo Souto, que era um modelo vinculado à expansão de indústrias calçadistas ou de outras pequenas indústrias, baseadas naquele modelo de distribuição por diversos municípios de parte do produto final e a junção desses produtos numa determinada fábrica para o processo final de montagem. Hoje nós vemos, felizmente, o crescimento da indústria em Feira de Santana, o crescimento da indústria aqui em Camaçari, vemos a indústria da mineração crescendo em nosso Estado, há grandes perspectivas tanto para a região de Campo Formoso, Juazeiro, no Norte da Bahia como para a região de Caetité, baseado na exploração do minério de ferro e de outros minérios. Temos a possibilidade de exploração de outros tantos minérios em outros pontos da Bahia.

Isso prova que o governador Jaques Wagner acertou quando anunciou, no começo do seu governo, que, para ele, o setor mineração tem o potencial até de superar o setor serviços no produto interno bruto da Bahia, no PIB da Bahia. Seja isso possível agora no seu primeiro governo ou no segundo governo do companheiro

Wagner que, seguramente, será inaugurado a partir de 1º de janeiro de 2011. Nós estamos confiantes e temos todos os elementos para crer no setor da mineração que, realmente, vai se consolidar como um dos carros-chefe da economia baiana, fazendo com que no Interior do Estado haja uma distribuição da produção industrial, e, assim, ao lado da agricultura, da agricultura familiar, da agricultura modernizada, do agronegócio, da pecuária, da indústria vinculada aos produtos da terra, nós também possamos ter a expansão de outro tipo de indústria.

Creio muito na postura e na política do secretário James, da Indústria, Comércio e Mineração, e acho que devemos cobrar, deputado Pimenta, a contribuição das prefeituras, que muitas vezes são omissas no que diz respeito à construção, V.Ex^a sabe disso, dos distritos industriais em diversos pontos do nosso Estado. A cidade de Juazeiro está lá esperando e querendo contribuir para a consolidação do distrito industrial vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio e Mineração. E eu quero destacar aqui, deputado Pimenta a necessidade também de a prefeitura de Santo Antônio de Jesus entrar com sua parte, assim como todas as forças econômicas daquele grande município do Recôncavo, para que o distrito industrial de Santo Antônio de Jesus possa ser uma realidade, e indústrias como a Naturab, que é uma indústria farmacêutica de vanguarda em nosso Estado, localizada no interior, possa ser referência e exemplo para outras iniciativas, além da indústria vinculada à mineração e aos produtos da terra.

Digo isso, deputado Pimenta, porque há muito preconceito, inclusive nas concorrências públicas, nas licitações feitas pelos Ministérios, quando ganha uma indústria do interior do Estado. Já soube que indústrias farmacêuticas, essa que aqui citei, concorrendo em licitações em São Paulo, provocaram dúvidas sobre a existência na Bahia de uma indústria farmacêutica, e mais ainda uma indústria localizada numa cidade interiorana, e mais ainda se chamando Santo Antônio de Jesus. Porque para alguns círculos paulistas, talvez cidades do interior baiano sejam apenas Feira de Santana, Ilhéus e algumas poucas mais conhecidas.

Isso prova, quando houve a contestação da licitação e a contestação das informações da empresa, como a indústria no interior da Bahia longe está de ser uma grande realidade pujante. Nós precisamos dar apoio ao governo Wagner, ao secretário James, para que possamos ter uma rede industrial diversificada, que vá do tratamento dos produtos primários, decorrentes da agricultura, passando por tudo aquilo que pode ser aproveitado da produção agropecuária, seguindo para mineração, passando pela indústria moveleira e evidentemente chegando também a outros segmentos da indústria, com derivados químicos, sejam eles fabricados aqui no Pólo Petroquímico de Camaçari ou em outras matrizes e fontes.

Por essa razão, deputado Edson Pimenta, quero assim reafirmar minha admiração por essa política aplicada pelo secretário James na Secretaria da Indústria e Comércio e Mineração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PMN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por 7 minutos a deputada Fátima Nunes e eu falarei por 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 7 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, taquígrafas, imprensa local, os índios kiriiris e tuxás que estão aqui nas Galerias Paulo Jackson, e também os servidores do Ministério Público, trazem-nos uma satisfação nesta tarde de trabalho intenso dos diversos movimentos sociais, sobretudo do movimento indígena. Neste momento, temos a satisfação de apoiar que a luta dos prefeitos, e aqui quero saudar todos que estão ali especialmente na pessoa da prefeita Jailma, que vem desde a semana passada coordenando o movimento em parceria com os indígenas, mas sobretudo também convocando os prefeitos do Estado da Bahia, aqueles que nos seus municípios têm algumas dificuldades e alguns limites que têm causado problemas para a administração.

Temos ali vários prefeitos, como o Weldon, de Cícero Dantas, o de Fátima, e neste dia de ontem, acompanhado pelo presidente da Comissão de Divisão Territorial, o deputado João Bonfim, também fomos discutir com a SEI, com a Secretaria de Relações Institucionais, e hoje durante o dia com as Lideranças das Bancadas dos diversos partidos. Pelo que estamos percebendo, o projeto que foi apresentado aqui pelo deputado João Bonfim e que vai recebendo emendas tanto do governo quanto dos deputados da Oposição, parece que está em um bom caminho para que daqui a pouco possamos votá-lo.

Queremos dizer da nossa satisfação. Acredito que todos que ficaram aqui 2 dias da semana passada e 2 desta já percebem como esta Casa é plural, com diversos pensamentos, diversos interesses, mas prevalece, sobretudo, o interesse do povo da Bahia. Estamos debatendo essa questão dos limites, porém, na verdade, quem deve dizer a que município pertence são as pessoas que vivem lá. São aqueles que precisam receber do poder municipal, estadual e federal as ações das políticas públicas na saúde, na educação, nas estradas e no abastecimento d'água.

Sabemos que hoje, depois que o GPS passou, digamos assim, a comandar a vida dos municípios, há essa polêmica. Os nossos índios quiriris, por exemplo, de Banzaê estão divididos em três municípios. E sabemos que os custos da administração para atender a população fica sempre na conta do município de Banzaê, e as receitas do Fundef e da saúde ficam para os municípios vizinhos.

Então é uma distorção que prejudica a vida das pessoas, porque cada um se identifica e tem o sentimento de pertencimento àquele município no qual nasceu e se criou. Mas fica também um problema para a área administrativa, porque um tem as receitas e o outro as despesas.

Enfim, queremos parabenizar os deputados da Oposição que durante o dia debateram conosco. O Líder Heraldo Rocha compreendeu – e já vinha sinalizando nesse sentido – a importância e a grandeza desse projeto. Temos, às vezes, um debate

um pouco fervoroso, mas importante, porque estamos num novo momento na Bahia, um tempo da cidadania, da democracia, da participação popular.

Um tempo que só foi possível ser construído porque muitos homens e muitas mulheres, muitos jovens, índios, negros, quilombolas, etc., participaram nesses últimos 30 anos da vida pública se organizando e trazendo para esta Casa as suas reivindicações. E hoje, certamente com o apoio de todos os deputados e deputadas, iremos corrigir essa distorção da lei que prejudica a vida das pessoas.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria para falar no horário do PCdoB/PTdoB/PSL/PSB pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro...

Foi feito um acordo, estou chegando aqui agora, gostaria que o deputado Waldenor...

(O deputado Heraldo Rocha fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, a ideia é votar o projeto do deputado João Bonfim. Mas se V.Ex^{as}, deputados Waldenor e Heraldo, chegarem a um acordo...

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu quero lembrar aqui que esta sessão extraordinária é para discutir o projeto da tarifa-assinatura. Evidentemente, por acordo, pode-se votar outros projetos, mas a votação dos demais projetos só poderá acontecer posteriormente à votação do projeto da extinção da tarifa-assinatura. É bom que fique bem clara essa questão regimental. Esta sessão extraordinária é para votar o projeto da extinção da tarifa-assinatura. Antes de votar qualquer outro projeto, necessariamente temos de votar o da tarifa-assinatura. Obrigatoriamente! É uma questão regimental.

Evidente que o esforço que se tem que fazer é para que os demais projetos, como a LDO, o projeto dos limites territoriais, do professor indígena, dos recursos hídricos, todos esses projetos podem ser discutidos até se chegar a um denominador comum e até votar por consenso, por acordo. Antes, porém, é preciso votar o projeto da extinção da tarifa-assinatura que, me parece, não há contraposição, não há nenhum parlamentar aqui contrário a este projeto.

O deputado José Nunes veio aqui, posicionou-se favoravelmente ao projeto, todos os deputados que consultei se colocaram favoráveis ao projeto. Inclusive acho que este projeto poderia ser votado logo por acordo até para ir limpando a pauta e nós pudéssemos discutir os demais projetos. Faço um apelo aos deputados para que mantenham suas posições anteriores, como ocorreu no primeiro turno quando

tivemos 37 deputados votando favoravelmente. Esses deputados não mudaram de posição, continuam defendendo o projeto que acaba com a tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia.

Eu quero deixar bem claro que do ponto de vista regimental o que está em debate é o projeto que extingue a tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis na Bahia. Por acordo, por dispensa de formalidades, podem ser incluídos outros projetos, e eu sou favorável a isso, os projetos que são de interesse da sociedade. Mas é preciso votar o projeto da tarifa-assinatura antes de qualquer outro projeto.

Faço um apelo aos deputados de governo e de Oposição no sentido da manutenção de suas respectivas posições. Não há nenhum fato novo que justifique a mudança de posição e, pelo menos, até agora, os deputados não mudaram de posição, continuam dispostos a votar o projeto da extinção da tarifa-assinatura.

Conversei com o Líder do governo, com o Líder do PMDB, Leur Lomanto, que se posicionou favoravelmente; o deputado Arthur Maia também é favorável, vários deputados de oposição, assim como os deputados de governo, concordam. Ora, se é um projeto consensual, então vamos votar imediatamente para que possamos limpar a pauta e possibilitar a votação de outros projetos .

O deputado Clóvis Ferraz, neste momento, garantiu que vai votar favoravelmente ao meu projeto, o deputado Gaban também se comprometeu. Enfim, conversei com todos os deputados, e se colocaram favoravelmente ao projeto. Então, vamos votar o projeto. Vamos fazer com que este projeto transforme em lei, também fazer um apelo ao governador para que não vete o nosso projeto. Este é o apelo que temos que fazer e já fiz pedindo como presente de aniversário, na véspera do meu aniversário. Pedi aqui um presente ao governador para que não vete o meu projeto que acaba com a tarifa-assinatura dos telefones móveis e fixos no Estado da Bahia. Fiz um apelo aos deputados para agilizarmos o processo de votação. Esperamos que logo possamos efetivamente votar esse projeto.

Estamos aqui contabilizados no painel, 56 deputados. Naturalmente boa parte dos deputados estão em seus gabinetes, estão reunidos, estão discutindo, debatendo os demais projetos. É importante que a gente chegue a um denominador comum sobre a LDO e com relação aos demais projetos que estão em pauta como a questão da divisão territorial, a questão indígena, a do professor e vários outros projetos para que a gente possa efetivamente chegar a um denominador comum, votando aqui esses projetos que interessam a população. Por isso estou muito otimista com relação à votação do projeto, que está colocado na ordem do dia. É um projeto que seguramente os deputados vão votar favoravelmente, seguramente acredito. Apelo para a sensibilidade do governador no sentido de não vetar este projeto.

O governador é uma pessoa muito sensível, atenta às necessidades da população e este apelo tenho feito reiteradas vezes. Governador, não vete este nosso projeto. Não vete este projeto, porque ele tem uma importância muito grande para a população, principalmente a população mais carente, a população mais necessitada do nosso Estado. Precisamos transformá-lo em lei para beneficiar não apenas os três milhões que possuem telefones fixos e móveis e que pagam a tarifa-assinatura, mas,

também, milhões de consumidores que se beneficiarão com o fim da tarifa-assinatura. Além dos três milhões, outros milhões serão beneficiados e têm necessidade de ter um telefone, mas não pode pagar a tarifa telefônica.

Este é o apelo que continuo fazendo a nossa Bancada, a Bancada do governo, faço também à Bancada da Oposição para que a gente possa efetivamente votar este projeto aqui. Acredito na sensibilidade de todos, acredito que os deputados não vão criar nenhuma dificuldade, não tem necessidade de se criar dificuldades para votar um projeto de tão grande importância para a população. Acredito que nenhum deputado sequer possa criar dificuldade.

Portanto, o apelo está colocado, reiteradas vezes, aos deputados, ao governador para que a gente possa dar uma contribuição à população do nosso Estado. Este é o nosso apelo para que a gente efetivamente transforme este projeto em lei, o projeto que acaba com a tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia, o que está em discussão neste exato momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Com a palavra o nobre Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, apesar de o painel estar indicando as presenças de 56 parlamentares, a gente nota um esvaziamento total. Para que os parlamentares possam participar das discussões que estão tendo i nesta Casa, solicito que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Queria, antes mesmo, deputado Gaban, da minha questão de ordem fazer uma consulta a V.Ex^a, até porque conversei com V.Ex^a várias vezes que se colocou favoravelmente ao meu projeto, e o que está em discussão neste momento é o meu projeto da tarifa-assinatura e o que está em discussão neste momento é o meu projeto, e significa dizer o seguinte: se não houver *quorum* nesta sessão esse projeto não será aprovado hoje.

Como V.Ex^a é favorável a aprovação desse projeto, já me falou várias vezes, eu faria esse apelo para que a gente dê continuidade à sessão, vote esse projeto, de preferência(...), havendo acordo, inclusive, a gente pode até dispensar a fala dos oradores e colocar em votação aqui por acordo.

Faço até esse apelo a V.Ex^a, antes de fazer a minha questão de ordem, V.Ex^a concorda com esse apelo?

O Sr. Gaban:- Deputado Álvaro Gomes, eu cheguei agora de viagem e a informação que me foi passada de que o que está em discussão, na realidade, é se aprova ou não o projeto do Ministério Público, e que nós da Oposição só vamos votar a LDO e qualquer outro projeto se tiver embutido o projeto do Ministério Público. Se

não tiver o projeto do Ministério Público não vamos votar nada, *ok*?

Essa é a decisão que me passaram e que estou retransmitindo a V.Ex^a. Não é nada com o projeto de V.Ex^a. A posição da Bancada que hoje majoritária, da Minoria, só vai votar se tiver aí o projeto do Ministério Público incluso na pauta de votação. É o esclarecimento que posso passar para V.Ex^a.

O Sr. Álvaro Gomes:- Deputado Gaban, eu, particularmente, sou favorável à votação do projeto do Ministério Público.

No entanto, eu insisto no apelo a V.Ex^a, porque esse processo de negociação da LDO, do Ministério Público, dos demais projetos, o projeto de Recursos Hídricos, o projeto dos Indígenas, do Professor, o projeto da questão da Divisão Territorial, todos esses projetos estão sendo discutidos com a possibilidade de se fazer um acordo. No entanto, não há contradição entre votar o projeto da tarifa-assinatura e votar os outros projetos.

Então, o apelo é no sentido de retirar a questão de ordem. Então, V.Ex^a não retira a questão de ordem. Bom, não retirando a questão de ordem vou fazer a minha questão de ordem no sentido (...)

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Deputado, foi colocada uma questão de ordem pelo deputado Gaban (...)

O Sr. Álvaro Gomes:- É porque eu fiz um apelo ao deputado. A questão de ordem(...)

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Eu também faria o apelo devido, como presidente “*ad hoc*”, ao deputado, diante da necessidade de votarmos projetos importantes nesta Casa, que retirasse a questão de ordem. Não havendo, parece-me, a intenção da Bancada, eu acho que ficaríamos aqui prejudicado por não ter sido retirada a questão de ordem.

Portanto, atendendo ao apelo do deputado Gaban, concedo (....)

O Sr. Álvaro Gomes:- A questão de ordem é sobre a verificação de *quorum*.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- (...) o pedido da questão de ordem do deputado.

Atendendo à questão de ordem, pediria que zerassem o painel, mas antes gostaria de fazer um chamamento aos deputados da Casa para que se fizessem presentes à sessão e convoco os deputados que estão na sala do cafezinho, na biblioteca, nos corredores, atendendo à solicitação de questão de ordem do deputado, compareçam à sessão porque foi solicitada pelo deputado uma verificação de *quorum* para continuidade da sessão.

Portanto, quero convocar todos os deputados que estejam na Casa, nos seus gabinetes, no corredores, na sala do cafezinho, que se façam presentes para que possamos dar continuidade à sessão.

Pediria aos nossos técnicos que zerassem o painel, marcassem os 15 minutos para que possamos, realmente, continuar, portanto, que fosse aprovado aí, se fizesse presente dando o *quorum* para continuidade da presente sessão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes, que tinha solicitado antes do deputado Gaban.

O Sr. Álvaro Gomes:- Quero fazer um apelo porque os demais projetos estão num processo de construção.

Esse projeto da tarifa-assinatura já foi apresentado aqui na legislatura anterior e nesta legislatura já foi aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça, Defesa do Consumidor e Finanças e Orçamento, já foi discutido em primeiro turno, aprovado por unanimidade dos 37 deputados aqui presentes e estamos, agora, discutindo no segundo turno.

O apelo que fiz ao deputado Gaban, e continuo fazendo também aos deputados de Oposição, é que não tem sentido inviabilizar a votação desse projeto de tão grande importância. Não foi o governo que pediu quórum, deputado Heraldo Rocha. Se o governo pedir quórum, aí, vou dizer que quem está inviabilizando é o governo. Mas quem pediu não foi o governo. E a discussão é do projeto da tarifa-assinatura.

Portanto, faço um apelo ao deputado Gaban, aos deputados de governo, não há fato novo, deputado. Qual é o fato novo, depois da aprovação no primeiro turno? Tem algum fato novo que justifique o emperramento, a inviabilidade da aprovação desse projeto? Há um fato novo, de ontem para hoje, quando todos os deputados disseram que eram favoráveis à aprovação do projeto?

Eu, sinceramente, não vi nenhum fato novo que justifique a inviabilização da aprovação desse projeto. Isso vai prejudicar não é o deputado Álvaro Gomes não. Isso vai prejudicar a população inteira do Estado da Bahia. Olhem a responsabilidade, deputados de Oposição. Isto vai inviabilizar, prejudicar a população inteira, dizer que o projeto da tarifa-assinatura não foi votado porque foi inviabilizado pela Oposição.

Realmente, não estou entendendo, não creio que a Oposição vá manter esse ponto de vista. Não acredito que a Oposição vá votar contra esse projeto. O deputado José Nunes já declarou que vai votar a favor. Os deputados já afirmaram que vão votar a favor e acredito que os deputados de Oposição vão votar favoravelmente a esse projeto.

Portanto, faço um apelo para que retirem essa questão de ordem. Temos aqui a presença de 18 Srs. Deputados, estão faltando 3 deputados. O deputado Zé Neto, se estiver aqui próximo... Temos aqui alguns deputados que poderiam dar presença. Faço um apelo também aos deputados de Oposição que estão aqui para que deem quórum para que possamos dar continuidade a esta sessão, porque é muito importante para a população. Estão faltando apenas 3 deputados para que tenhamos quórum e possamos realmente votar e dar continuidade a este projeto.

Por isso, faço um apelo aos deputados que estão nos gabinetes, ao deputado José Nunes, para que possamos votar este projeto. Deputado Clóvis Ferraz, peço a V.Ex^a que dê quórum para que possamos votar. Inclusive, quero parabenizar o deputado José Nunes, por ter dado quórum aqui, compondo o quorum necessário, neste momento. Parabéns, deputado José Nunes, obrigado por sua presença. Faço um apelo a todos os deputados para que compareçam ao plenário para que tenhamos quórum para continuidade da presente sessão. Obrigado, deputado José Nunes, por

sua presença.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Srs. Deputados, há sobre a mesa um requerimento. (lê) “Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada três minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de lei n.º 18.675/2010, de autoria do Ministério Público, que reajusta os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13/07/2010.”

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Questão de ordem, deputado Gaban e, logo em seguida, o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, já são 21...

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Como o quorum já foi estabelecido, concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Falará o deputado Gaban, Sr. Presidente, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho até uma temeridade aprovarmos a LDO em função do que está ocorrendo no governo do Estado. Não só o mal elucidado crime de um juiz, e a perícia já indicou que o último tiro foi de cima para baixo, não foi caso de legítima defesa... Temos também aí não esclarecido totalmente o caso do delegado de Camaçari que foi assassinado. Nunca vi alguém que vai sacar arma dizer “Espere aí, espere aí, espere aí!” A reação que foi gravada era a de quem estava pedindo calma. Ninguém vai com uma arma na mão dizer para o outro “Espere aí, espere aí, espere aí!”, ele vai atirar. Então, é conversa-pra-boi-dormir. Pior que isso.

A Lei de Licitação é muito clara. Quando se faz um resumo para ser publicado no Diário Oficial, obrigatoriamente o objeto do contrato tem que estar muito claro. O governo, para enganar, para não mostrar o que queria fazer, renegociou, fez um distrato do contrato com o Banco do Brasil que iria vigorar até 2012. No mesmo dia, fez um novo contrato para vigorar até 2015, em pleno ano eleitoral, tirando o direito de decisão do próximo governador e não publicou nem o valor, que foi de 201 milhões de reais. Isso faltando poucos meses para a eleição. No mínimo, há uma irresponsabilidade. Não se pode permitir isso. Fico triste e não entendo. Onde estão as entidades que se dizem defensoras do funcionalismo público do Estado da Bahia?

Logo em seguida, o Governo Wagner entrou com um decreto praticamente obrigando todo servidor público do Estado da Bahia a fazer empréstimo consignado

em folha apenas com o Banco do Brasil. Se o Banco do Brasil tivesse a melhor taxa de mercado, seria até compreensível, porque estaria dando um benefício para o servidor. Ainda assim seria um monopólio, e teríamos que discutir o assunto. O pior e o mais grave é que a taxa praticada pelo Banco do Brasil é a 33ª mais cara do mercado! Como é que esse governo, apenas com o intuito de pegar mais 201 milhões de reais de um contrato em vigor, em pleno ano eleitoral... ignora a Lei de Licitação que é muito clara! Você não pode fazer um distrato assim. Quando se faz distrato, é única e exclusivamente por descumprimento de uma das cláusulas contratuais. A lei de licitação também estabelece que se for feito distrato não se pode fazer um novo contrato com o mesmo ente com o qual foi feito o distrato. O contrato iria terminar em 2012, mas para pegar 201 milhões o governo faz esse absurdo, prejudicando o funcionário público.

Então eu digo, caros Líderes Heraldo Rocha, Leur Lomanto e todos os Líderes desta Casa, que é uma irresponsabilidade quando mais de 15 mil pessoas foram assassinadas na Bahia nos 3 anos do governo Wagner. O governo investiu nos 3 anos, eu estava viajando e não fiz o levantamento desse ano, mas ele gastou em propaganda nos 3 primeiros anos 214,3 milhões em propaganda e investiu em segurança apenas 111 milhões. E vamos entrar em recesso com esses crimes acontecendo, com esse calote, com esse tiro que está dando no coração de todos os servidores públicos, porque só faz empréstimo quem precisa. O que não pode é obrigar o funcionário público a fazer empréstimo com uma das taxas mais altas do mercado, que é a taxa do Banco do Brasil, estabelecer o monopólio para quem já tem a taxa alta. Imagine se hoje é a 33ª o que irá acontecer no futuro. Para evitar que esse decreto entre em vigor dei entrada numa representação no Ministério Público. Confio no Ministério. Eu estou checando, mas me deram a uma informação de que tiraram a autonomia, é gravíssimo, meu caro Líder Heraldo; se for, eu gostaria que todos os Líderes de Oposição nesta Casa marcassem uma audiência com o novo procurador nomeado pelo governador Jaques Wagner, porque a informação que eu tenho é de que ele avocou para si toda e qualquer ação contra os secretários do Estado e contra o governador. Isso seria calar, colocar mordaça na equipe comandada pela Drª Rita Tourinho, que tem feito um trabalho exemplar, denunciando, cobrando. Como é que se faz agora? Faz uma irregularidade, e aí se vai amordaçar? Eles não podem mais investigar? Só o procurador é que pode? O que é isso? Que país é esse? Prejudica todo mundo, compromete o próximo governo. Onde estão as entidades de classe? Onde estão aqueles que defendem o funcionalismo público? Estão calados? E o antigo PCdoB batalhador, lutador pelo direito dos professores, dos trabalhadores, por que está calado? Nenhum sindicato se manifestou. E vemos o prejuízo na nossa cara para todos os servidores públicos do Estado.

Será que estamos cumprindo com a nossa obrigação, nesta Casa, de zelar pelo patrimônio público, zelar pelo procedimento correto? As comissões técnicas não funcionam, então não tem nem como convocar alguém para exercermos nossa missão de fiscalização dos atos do governo, para chamar os secretários, o governador, porque caberia, pelo absurdo que está sendo cometido, chamar os diretores do Banco do

Brasil pela excrescência que é esse decreto, apenas para injetar 201 milhões na fonte 00 do governo. Sabem por quê? Na hora que entra na fonte 00 aplica como quer, faz o que quer em ano eleitoral. E o pior é querer coibir a ação do Ministério Público. Aliás, o primeiro alerta foi dado pelo secretário Schimidt, que ameaçou entrar com uma representação, nem sei se teve coragem de fazê-lo, tentando intimidar. Disse: “Vou entrar com uma ação contra o Ministério Público estadual, contra o Ministério Público federal, contra o Tribunal de Contas do Estado.”

Eu acho que esse governo egocêntrico, que pensa que as atenções todas têm que girar em torno dele, pensa que vai intimidar os Ministérios Públicos estadual e federal, vai tirar as atribuições do Tribunal de Contas do Estado. Pelo menos 2 conselheiros do Tribunal de Contas se manifestaram com repulsa a isso. Os Ministérios Públicos e o Tribunal de Contas do Estado não são apêndices de um governo. Os governos são transitórios, as instituições ficam, e nós temos o dever de preservá-las.

Então, falo e repito, sou contra a aprovação da LDO. Num momento da grave crise que nós encontramos na segurança pública do Estado, num momento de grande crise que nós encontramos na saúde de nosso Estado, num momento em que contratos irregulares são firmados poucos meses antes da eleição, apenas para entrar 201 milhões, num momento em que prejudica todo o funcionalismo público, como é que os senhores parlamentares, ou melhor, nós todos teremos coragem de pedir voto pelo interior se não cumprimos com a nossa obrigação de preservar o que determina a Constituição do Estado e a Constituição Federal?

Isso é um descumprimento gritante! Nós não podemos admitir que isso aconteça! Então, é no sentido de que possamos aumentar os debates aqui nesta Casa que não devemos entrar em recesso. Eu já entrei com uma solicitação, aliás, isto sim, eu sou favorável, de fortalecimento do Ministério Público. Assinei o requerimento e peguei a assinatura de 21 colegas para que, ao encerramento desta sessão, possamos apreciar o aumento salarial do Ministério Público e tirar a mordaza que esse governo quer para enfraquecer o Ministério Público para que ele não atue como está atuando exemplarmente.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar orador durante 8 minutos. (Pausa)

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do PP para falar ou indicar orador durante 8 minutos.

O Sr. Javier Alfaya:- Eu mesmo falarei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Apenas 5 minutos, Sr. Presidente. Pode cortar a metade do tempo, pois eu falarei rapidamente.

Deputados e deputadas, senhores e senhoras da imprensa, o assunto trazido ao

Plenário sobre as consignações dos contracheques de parcelas dos funcionários do Estado da Bahia é um assunto que esta Casa, efetivamente, tem de tratar. Eu venho acompanhando esse assunto em nome da Fetrab, que inclusive assina uma das faixas, representando o sindicato dos companheiros servidores do Ministério Público. Aliás, quero dizer a eles que contam com o meu apoio para a aprovação do projeto, esta é a posição do PCdoB.

Esse projeto defendido pelo sindicato, na verdade, está dependendo de um acordo mais global que o nosso Líder está tentando encaminhar com a Liderança da Oposição para que também ele possa ser objeto de apreciação. Mas não há uma postura de discordância, é uma postura de convergência e aprovação do projeto. Basta apenas a conjugação e a boa vontade da Oposição para que possamos definir a pauta de hoje, que inclui a votação da LDO, do projeto do companheiro Álvaro e do projeto referente ao reajustamento dos salários dos companheiros trabalhadores e trabalhadoras do Ministério Público, que merecem todo o nosso apoio e simpatia e, evidentemente, voto favorável.

Mas eu falo das consignações. Há uma polêmica muito grande. Há um decreto, não é um projeto-lei, é um decreto baixado pelo Executivo a partir da sugestão de um trabalho coletivo feito dentro do governo, mas esse decreto, francamente, causou estranheza e muita divergência entre as associações de funcionários e de sindicatos do funcionalismo.

Eu já fiz um apelo aos diversos segmentos do governo, especialmente à Secretaria da Fazenda, para que haja uma leitura desse texto. Parece que, no governo, há uma vontade de se fazer uma revisão, porque o próprio Banco do Brasil, que corre o risco de ser chamado ou considerado o banco a monopolizar as consignações e os empréstimos juntos, melhor dizendo, dos funcionários do Executivo, está considerando inconveniente o texto tal qual ele está. Eu não iria me manifestar nesta Casa sobre esse assunto, embora eu esteja nos bastidores acompanhando muito de perto esse debate, mas esse debate já se tornou público, as associações já se manifestaram, deputados da Oposição aqui já falaram. E quero, como deputado, Vice-Líder do governo Wagner nesta Casa, dizer que há uma expectativa, presidente, das associações e dos sindicatos para que haja uma revisão do texto, pois, tal qual como está, na prática, ele leva à morte várias associações que não podem ser consideradas iguais a entidades picaretas, digamos assim, que já existiram em nosso Estado. Eram associações, praticamente, substitutas do processo de chantagem que há nos corredores dos diversos órgãos, quando agiotas emprestam dinheiro aos nossos companheiros e companheiras funcionários públicos a taxas altíssimas, de maneira ilegal, inconveniente, agressiva.

Já as associações que emprestam até R\$ 600,00 têm sido, em muitos casos, parceiras da parcela mais carente e pobre do funcionalismo.

Então não me parece conveniente a manutenção desse decreto. Não pretendia falar disso nesta Casa, até porque há um esforço grande nos bastidores para debater o texto na versão final, mas me manifesto agora em nome das associações que merecem respeito. Sei que já houve associações, em outros momentos políticos e

administrativos da nossa Bahia, que exerciam um papel nefasto, pois se aproveitavam do desespero de servidores para obter grandes lucros com a concessão de empréstimos.

Mas considero, deputado Isaac, muito rígidos os critérios que o Banco do Brasil impõe para solicitação e concessão de empréstimos. Na verdade, são típicos do maior banco do País. O BB é três ou quatro vezes maior que o Bradesco; é o maior banco, disparado, da nossa Nação. É bom para o Brasil que tenhamos um banco público, de capital aberto na bolsa de valores, com essa rigidez e essa competência. Mas, ao mesmo tempo, ele deveria ser, por isso mesmo, um banco mais flexível no que diz respeito a algumas políticas sociais, coisa que, infelizmente, não é.

Então, cabe consignação no Banco do Brasil, mas também cabe nas pequenas associações, que muitas vezes têm 4, 10, 12, 15 mil filiados, que pegam R\$ 600,00, no início do ano, para a compra do material escolar para seus filhos.

Acho que é um texto que merece ser repensado. Tenho certeza de que o nosso governo há de fazer esse bom trabalho para atender também os companheiros e companheiras servidores do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu vou pedir a compreensão de V.Ex^a apenas para fazer as considerações que acho extremamente graves que envolvem todos os servidores públicos.

Deputado Javier, gostaria de parabenizar V.Ex^a, acho que certos temas aqui não são políticos, envolve todo o funcionalismo público e, efetivamente, o que V.Ex^a colocou trata a realidade dos fatos. Será um prejuízo enorme para todo o servidor público do Estado, além de ser um monopólio de um banco, só um pequena correção, mas V.Ex^a depois corrigiu, que era um banco público depois disse que é privado, capital aberto, por isso que não poderia ter feito um novo contrato sem ter um processo licitatório, foi outra irregularidade quando fez o distrato assinou um novo contrato sem licitação, mas o mais grave, se é que a gente pode dizer isso, é prejudicar todo o funcionário público através de um monopólio e de uma das taxas mais abusivas do mercado referente ao empréstimo consignado.

Então gostaria de parabenizar o deputado Javier Alfaya, que aí sim, deputado, V.Ex^a está defendendo as categorias que V.Ex^a sempre defendeu com isenção, até porque repito esse assunto não é um assunto político é um assunto que envolve todo o servidor público do Estado que não pode ser prejudicado.

Muito obrigado!

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Com a palavra, por até 9 minutos, a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu já fiz uso desta tribuna hoje para falar do projeto de lei nº 18.621, que vai resolver definitivamente as dificuldades dos municípios baianos na questão dos limites. Em muitos casos a população se identifica com o município de origem, de sua tradição. Logo após os trabalhos realizados pela SEI, com o uso do GPS, essas comunidades passaram a pertencer a outro município.

Os encaminhamentos estão bastantes favoráveis. Daqui a pouco estaremos votando esse projeto. Portanto, enquanto os Líderes dos partidos resolvem algumas pendências, para colocar a matéria em votação, estamos aqui, dando continuidade à sessão.

Neste momento, nesta oportunidade em que volto à tribuna, quero registrar a minha satisfação e, tenho certeza, de muitos professores, estudantes e diretores de escolas das diversas cidades que compõem a Direc 11 porque ontem, à noite, foi realizado o Festival da Canção, o FACE.

Quero dizer da minha alegria de ver jovens que, durante semanas, em suas escolas, prepararam músicas, coreografias, peças de teatro, poesias, e fizeram o concurso interno em cada escola, movimentando a comunidade. Foram assistir essas apresentações os pais, membros da comunidade local.

Ontem foi a grande oportunidade de reunir a região, o nosso território Semi-árido Nordeste 2, onde a Direc 11 está organizando os trabalhos da Secretaria da Educação.

Tivemos a oportunidade de ver quantos jovens prepararam músicas com conteúdos brilhantes, valiosos, chamando a atenção, a própria música criada pela juventude, sobre vários aspectos que envolvem a vida do jovem hoje. Muitas poesias motivando os jovens a ficarem distantes das drogas, a procurarem outros caminhos para obter sua felicidade. Muitos conteúdos chamando a atenção para a responsabilidade da cidadania, do compromisso que o jovem tem que ter com seu País. Portanto, elevando a autoestima e contribuindo para esse momento bonito e rico que o nosso País está vivendo, momento que consideramos de muita cidadania, de fortalecimento da democracia e da participação popular.

Quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar o companheiro Pedro Fernando, que dirige a Direc, todos os que compõem a Direc 11 e a Secretaria da Educação por essa iniciativa de envolver a nossa juventude não apenas na letra morta da escrita, com leitura de textos e decoração, mas, sobretudo, procurando puxar de cada cidadão, do seu espírito, de sua alma o que ele pensa para seu País e colocar isso de forma muito bonita, cantada em música, verso e prosa. Acho que isso é que é cultura, arte, e fortalece esse espírito de cidadania.

Quero aproveitar este momento para parabenizar esses nossos profissionais da educação que souberam buscar no campo da comunicação pessoas que trabalham nas rádios e artistas de algumas bandas e colocaram na banca julgadora desse momento importante. Buscaram também professores daqui, de Salvador, da universidade, para

compor a banca brilhante que elegeu ontem, à noite, o melhor apresentador, a melhor composição, a melhor poesia.

No mês de agosto vão-se apresentar novamente, quando se dará o encerramento do festival, o Festival da Canção, que é o Face, e o festival da poesia. Essas duas formas de expressão da cultura, da arte, da alegria estarão aqui fazendo o seu encerramento em Salvador. Queria parabenizar.

Mais uma vez, para encerrar o nosso pronunciamento, acredito já estar bem próxima a nossa votação do projeto, o deputado Clóvis Ferraz continua trabalhando por ali para fazer acontecer as negociações precisas, nosso Líder Waldenor Pereira também trabalhando muito aqui para resolver as questões inerentes da política da nossa Casa. Assim, a gente encerra este pronunciamento saudando a todos os presentes. Reforçando para que todos saibam que ao lado, ali na nossa sala de espera estão todos os prefeitos que desde ontem acompanham essa mobilização, prefeitos do território Semi-Árido Nordeste 2, prefeitos do território do São Francisco, prefeitos da Chapada Diamantina. Tenho certeza de que eles sairão satisfeitos com a luta que eles tiveram, com o empenho com que se colocaram e com a presença também dos índios Quiriris, dos Tuxás lá de Banzai. Parabéns a todos.

E as comunidades também que não são índias, mas que estão aqui participando, representando. O vereador Vanderlei está por ali, o vereador Galeguinho, também de Banzai. Parabéns a todos por essa presença decidida, pacífica, corajosa, destemida. Isso só revela que no nosso País todas as vitórias que tivemos não caíram prontas do céu ou da vontade apenas dos governantes, mas sempre com a mobilização. Hoje, temos a oportunidade de estar aqui com a Casa cheia.

Nosso representante da Secretaria de Justiça, Jorge Metalaoê, também participando, obrigada pela presença. Tenho certeza de que pela movimentação da Casa daqui a pouco estaremos com o projeto em votação, havendo primeiro a relatoria, logo em seguida, os deputados estarão presentes para votar.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria aproveitar para apresentar uma moção de pesar, o que não fiz até o momento, em função do esvaziamento da Casa. Queria apresentar aqui a moção de pesar pelo falecimento de José Ailton de Melo, no dia 22 de junho do corrente ano, em acidente automobilístico na BR-324.

Na verdade, ele é irmão da primeira-dama Daíse, de lá de Andaraí. Fui vereador em Feira de Santana e ele já trabalhava na Câmara, era o braço direito do presidente da Câmara Municipal de Feira, e num acidente muito trágico, morreu ele, a esposa, o cunhado. O carro parado no fundo de um caminhão, uma carreta veio desgovernada e atingiu 4 veículos. Ele estava no quarto veículo, foi uma coisa impressionante, o carro parado, estacionado e acabou que o carro dele foi esmagado contra o paredão, ele faleceu na hora, quando retornava de Santo Amaro, onde tinha

ocorrido um acidente com o seu sogro, a quem fora prestar socorro. A morte desse rapaz chocou a cidade, foi um acidente trágico.

Faço agora oralmente, e apresentarei por escrito esta moção de pesar pelo falecimento de José Ailton de Melo para que chegue às mãos de sua família e da Câmara Municipal de Feira, já que foi um exemplar funcionário público, um exemplar cidadão, um amigo de todos aqueles que por ali passaram. Como fui vereador pude gozar da amizade, do respeito, do carinho e, acima de tudo, da eficiência desse jovem com 43 anos - deixa família, filho, esposa, mãe, pai e amigos e, com certeza, está num bom lugar nos ceus.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Pausa)

Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

Falarão, pelo tempo de 4 e 5 minutos, respectivamente, o deputado Javier Alfaya e o deputado Zé Neto.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Isaac Cunha, quero também manifestar hoje desta tribuna minhas considerações acerca da situação da educação em nosso Estado.

Saíram dados, na semana passada, do Ministério da Educação, dando conta do IDEB em todo o Brasil, nos 27 estados, e a Bahia aparece num crescendo, portanto, num avanço, superando aquela fase inicial do governo Wagner, na qual a herança de décadas de descaso com a escola pública se manifestava de maneira cruel.

A Bahia era o Estado com maior número de analfabetos em termos absolutos no País, tendo aproximadamente 1.600 salas de aula sem acesso a água, das 4.400 que existiam no País sem água, segundo a Funasa, Fundação Nacional da Saúde, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

Essa é uma realidade vergonhosa que obrigou o governador Wagner a valorizar, como era o certo e o justo, o funcionalismo, a recuperar o salário dos companheiros trabalhadores da educação, tirando-os daquela condição de receberem abaixo do salário mínimo, como acontecia no governo de Paulo Souto, e há portanto um esforço grande para que a educação baiana se qualifique mais. Lógico que há reclamações, greves, manifestações, pleitos das 4 universidades estaduais, destacadamente da Uneb, mas não só desta, como das outras universidades também, da UESB, UESC e UEFS.

Também temos reclamações dos professores do ensino médio, mas é preciso reconhecer que, ao lado da constatação do muito que tem que ser feito, é necessário reconhecer o belíssimo esforço realizado mais recentemente pelo secretário Osvaldo Barreto. E parece que o governador Wagner acertou na mão quando convidou o ex-diretor da Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia, ex-presidente da Fapex, professor Osvaldo Barreto, que conheço, no que pese a qualidade do seu trabalho acadêmico e administrativo dentro da Universidade Federal, e vejo o governo realizando coisas de vanguarda, como é o caso, deputado

Isaac, da inauguração do Centro de Educação Tecnológica de Santo Antônio de Jesus e como é o caso do Centro de Formação Científica de Serrinha.

São episódios de pouca repercussão nesta Casa, mas é a primeira vez que a Bahia assume para si, enquanto governo, a tarefa de criar instituições dedicadas, uma delas à formação técnica muito assentada na economia da região de Santo Antônio de Jesus e do Recôncavo, fazendo com que jovens possam frequentar cursos de 2 a 4 anos, que vão da área de saúde passando por diversas áreas do conhecimento, das ciências agrárias, logística, que é algo superimportante inclusive para a expansão da indústria, como falei no meu último discurso, e dessa forma capacitar, formar cidadãos e cidadãs que possam trabalhar e ajudar no desenvolvimento mais global da economia na sua região.

Ao mesmo tempo, um belíssimo trabalho que será feito na área de pesquisa científica e divulgação científica na escola, voltado ao desenvolvimento científico de Serrinha. São iniciativas de vanguarda da Secretaria da Educação.

Espero, Sr. Presidente, para encerrar, que essas iniciativas de vanguarda finalizem com a regulamentação de um dos pleitos dos companheiros das comunidades indígenas que estão aqui presentes. Já discuti um desses pleitos, há 3 ou 4 anos, com o deputado Zílton Rocha, que é a regulamentação do professor indígena. Essa regulamentação permitirá que eles sejam valorizados nas suas comunidades. (Palmas)

Tenho certeza que o secretário Oswaldo Barreto é um fã dessa ideia e, mais cedo ou mais tarde, esta Casa poderá votar as medidas necessárias para que esta conquista também se realize. Parabéns ao esforço do secretário Oswaldo Barreto e da sua equipe da Secretaria da Educação.

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Para concluir, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Esperamos que as comunidades indígenas também sejam atendidas neste pleito. Parabéns pela mobilização de vocês. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Isaac Cunha):- Com a palavra o deputado Zé Neto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, indo no mesmo caminho do deputado Javier Alfaya, não poderia deixar de dizer que a educação, que está muito casada com a cultura no nosso Estado, tem dado demonstrações claras de uma mudança de paradigma e de comportamento. Quero lembrar o que tem sido feito num campo que, do meu ponto de vista, traz muito do lúdico, do cultural e de atrativo existencial para o homem do Interior, que é o resgate das fanfarras e das filarmônicas da Bahia, deputada Fátima Nunes. Acabamos de entregar 55 novos equipamentos para fanfarras de escolas na Bahia.

O governo do Estado, há um mês, lançou um programa que investirá R\$ 4 milhões em 100 filarmônicas com o objetivo de recuperá-las. Isso demonstra, fortemente, o interesse do governo em atrair para o Interior a atenção de todas as áreas. Na saúde, com novos hospitais; na segurança pública, com veículos, aparato

policial, a nomeação de novos policiais, como acontecerá nesta semana com relação aos policiais civis (mais de 160 serão chamados), e a nomeação, inclusive, de aprovados em concursos anteriores, como é o caso dos delegados da Polícia Civil do Interior. Vimos a grande necessidade de investir no Interior da Bahia.

Esses pontos que tem sido atacados na segurança, na educação, na saúde e na infraestrutura, sem deixar de elencar também a parte da cultura, da subjetividade e da educação, que visa, juntamente com todos esses elementos relacionados à musicalidade e à percepção da arte no Interior, fazer com que os nossos jovens, ao invés de serem atraídos para as drogas, sejam atraídos para uma nova dimensão de mundo e de vida. Com certeza, a recuperação, o resgate e o programa das fanfarras da Bahia que tem sido feito pelo governo, tem levado adiante não só um espaço de entretenimento mas também melhores expectativas para os jovens do Interior. Eles buscam nesses espaços não só a alegria, a cultura, mas, acima de tudo, a convicção de que no lugar em que eles vivem, no lugar onde moram, a vida pode ser melhor.

Quero, aqui, ressaltar que há, inclusive, neste momento, numa iniciativa do governo do Estado, juntamente com as Secretarias de Cultura e Educação, uma retomada de um levantamento que estava sendo feito até o mês passado, e, agora, com mais amplitude de todas as fanfarras existentes na Bahia, tanto de escolas como de outras associações, de corporações que, neste momento, vão se reunindo em torno do objetivo do governo do Estado, que é recuperar a musicalidade no Interior. Essas fanfarras são importantíssimas para dar um outro horizonte nas escolas, nas associações e nos grupos que são montados no Interior visando estabelecer esses times musicais, que levam os nossos jovens a uma situação de vida muito louvável.

Esses jovens que fazem parte dessas conjunturas, dessas fanfarras e dessas filarmônicas vão tornando-se referência na comunidade, na família e nas escolas, atraindo para si luz e energia positiva. Acho que isso é uma das formas de buscar combater as drogas, a violência e o descaminho da juventude.

Esse trabalho conjuntural de recuperar as filarmônicas traz um novo momento para a música na Bahia, especialmente a música de fanfarras e filarmônicas.

Parabéns para os secretários Márcio Meirelles e Osvaldo Barreto e para governador Jaques Wagner pelo ponto marcado e pelo caminho certo, que é trilhar buscando com a juventude o resgate de dois pilares tão importantes na musicalidade do nosso Estado e na construção de uma vida melhor, principalmente em nosso interior.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Srs. Deputados, o primeiro projeto a ser votado, que está na Ordem do Dia, é o projeto do deputado Álvaro Gomes que veda a cobrança, no Estado da Bahia, pelas concessionárias de telefonia, da tarifa-assinatura e dá outras providências.

Nós temos quatro projetos em discussão e negociação: os projetos dos deputados Álvaro Gomes e João Bonfim, que estão acertados para serem votados; o projeto do Ministério Público, que depende de uma decisão jurídica, pois o problema não é político, é uma discussão jurídica, ou seja, se nós podemos dar ou não um aumento faltando 90 dias para as eleições; o projeto de recursos hídricos, que parece já estava acertado e só pode ser votado por acordo de Lideranças, bem como o projeto do deputado João Bonfim, para o qual, inclusive, os Líderes partidários já assinaram a dispensa de formalidades, está nas mãos do deputado Clóvis Ferraz que me mostrou as assinaturas dos Líderes partidários; e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que deve ser o último, porque quando votamos a LDO entramos em recesso. É óbvio que um processo dessa magnitude só pode ser por acordo.

Então, eu faço um apelo aos Srs. Líderes para que nós possamos chegar a um acordo. Vejamos o seguinte: estamos a 75 dias das eleições e só poderemos entrar em recesso se votarmos a LDO. A minha proposta é que cheguemos a um acordo.

A Casa está madura, quero registrar a boa vontade de todos os Líderes partidários. Nós estamos aqui, com os índios, com vários prefeitos, o projeto do deputado João Bonfim já foi acertado.

Portanto, gostaria de fazer um apelo para que possamos chegar a um acordo. O deputado Waldenor Pereira está empenhado em trazer aquele documento que foi acordado, do qual eu fui avalista sobre o problema das ambulâncias. Isso está praticamente equacionado para que nós possamos votar e liberar os deputados, pois acada um quer ir disputar os seu voto, uma vez que faltam 75 dias para as eleições.

Repito, faço um apelo para que possamos chegar a um acordo.

Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, gostaria de trazer ao conhecimento desta Casa Legislativa e também daqueles que nos acompanham que encaminhamos o projeto do Ministério Público para uma consulta na Procuradoria Geral do Estado e estamos aguardando a qualquer momento uma posição a respeito. Claro, na expectativa, vontade e determinação de votarmos.

É importante, inclusive que, os sindicatos aqui presentes compreendam que nos falta, ainda – esperamos que essas informações cheguem logo –, respaldo jurídico para colocarmos em votação. Apresentei uma sugestão, que já confidenciei a V.Ex^a, e espero que a nossa proposição tenha acolhimento da PGE.

Queria lembrar que, além das matérias que V.Ex^a destacou, temos também, mais ou menos acordado, o projeto que trata do quadro de professores indígenas, que interessa aos indígenas aqui presentes. Não há nenhuma dificuldade, não é João Carlos Bacelar e demais deputados, para a aprovação dessa proposição.

E existe ainda um último projeto, que também já apresentei à Oposição, que trata das boas práticas na administração pública. É um prêmio destinado ao servidor público pelo desempenho de atividades. Ou seja, também é algo totalmente passível de acordo e entendimento.

Pois bem, além de dar essa informação acerca do projeto do Ministério

Público, eu queria, Srs. Deputados, Sr. Presidente, incluir esses dois outros projetos, que também receberão acolhimento do Bloco da Oposição.

Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, estranho as palavras do Líder Waldenor, até porque nós já tivemos o exemplo do projeto da PM. O governo empurrou, empurrou, empurrou, quando chegou a hora de votar disseram que iam aprovar, mas votaram, de forma unânime, contra o projeto de reajuste do soldo da Polícia Militar. Com relação ao projeto do Ministério Público, há quanto tempo ele está aqui? Será que é novidade para nós que este ano temos eleições no Brasil inteiro? Será que a Lei Eleitoral entrou em vigor somente agora, obrigando essa consulta? Isso é conversa para boi dormir, como se diz na linguagem popular.

Não podemos aceitar esse tipo de argumento; não é assim que se faz, não é correto esse procedimento. O Ministério Público está aqui aguardando há muito tempo, como a Polícia Militar também aguardou. A obrigação desta Casa é votar.

E lembremos de que quando houve um projeto inconstitucional aqui, como aquele que deu aos agentes de tributos a atribuição de exercerem as funções de auditores fiscais, ninguém se preocupou se era ou não constitucional, ninguém teve essa preocupação. Agora há preocupação com a Lei Eleitoral? Pelo amor de Deus! A Lei Eleitoral está há muitos anos no País, sabemos o período estabelecido por ela.

Só poderemos ter acordo amanhã, se tivermos a concordância de todos os Líderes. O da Minoria não está aqui, e sem a presença dele não podemos ter nenhum tipo de acordo. Depois de tudo que tem acontecido nesta Casa nos últimos tempos, quando fizemos acordos e depois os projetos não foram sancionados, para que fazer acordo?

A Casa ficou sem nenhum tipo de produtividade. Há quanto tempo as comissões técnicas não funcionam? Nenhuma comissão técnica tem funcionado, gente, nenhuma! E agora querem votar 5, 6, 7, 8 projetos sem nem lermos. Ouviremos apenas uma leitura rápida, dinâmica, feita por um cara que nem sabe o que está lendo. E depois teremos de aprovar o que não queremos.

Não é assim que se faz, não. Temos de ter responsabilidade com o nosso mandato. Se não trabalhamos como deveríamos, agora não podemos votar 7, 8 projetos sem haver discussão, sem sabermos os conteúdos dos relatórios que serão emitidos. O parecer não é do relator, porque não é ele que está fazendo. Nem se sabe quais são os relatores. E na hora dizem: “Fulano de tal, você é o relator, por favor leia”. O cara acaba lendo o que não gostaria, como nos vários exemplos que temos.

Então, a prudência recomenda, já que não temos o Líder da Minoria aqui, que se encerre a sessão. E amanhã, se houver consenso, depois de ler todos os relatórios, aí sim poderíamos apreciar essas proposições.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Atendendo o apelo do meu querido amigo deputado Gaban, que quer votar o projeto do Ministério Público, vou propor aos senhores Líderes que a sessão seja suspensa por 40 minutos para que se chegue a

um acordo e possamos votar esses projetos que estão em debate.

O Sr. Gaban:- Gostaria que o Líder da Minoria concordasse.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas o Líder da Minoria não está aqui.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, V.Ex^a, experiente como é, um dos parlamentares com mais mandatos aqui, nesta Casa, sabe melhor que ninguém que acordo desta natureza só pode ser por unanimidade dos Líderes. Se não tem Líder presente, não tem unanimidade, não pode haver acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o Regimento permite que o Presidente suspenda a sessão. Eu não quero suspender, porque está havendo um impasse. Mas vamos fazer o que agora? Ficar parados?

O Sr. Gaban:- Deixemos para amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Amanhã, não, deputado. Vamos votar hoje. Pelo amor de Deus, aqui temos que ter o mínimo de bom senso até em relação aos próprios colegas. Estou dizendo o seguinte: está na Ordem do Dia, então vou colocar o projeto do deputado Álvaro para ser votado. Entendeu? Está na Ordem do Dia. Quero usar o bom senso e suspender a sessão para que possamos votar por acordo.

Deputado Gaban, amanhã, entrando em recesso, V.Ex^a vai percorrer a Bahia com todos os seus colegas, como todos nós. Acho que o prudente não é adiar para amanhã...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Todos nós queremos percorrer toda a Bahia. Eu mesmo cheguei agora, à noite, e vim aqui para votar.

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. Gaban:- Se V.Ex^a me permitir falar, deputado Zé Neto! Se V.Ex^a quiser um aparte, no meu pronunciamento eu concedo-lhe.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, deixe o deputado Gaban falar.

Continue, deputado.

O Sr. Gaban:- A questão não é essa, Sr. Presidente. A questão é votarmos uma série de projetos dos quais nem sabemos qual o relatório que será emitido.

Já me disseram, Sr. Presidente, que esse projeto da divisão territorial que vamos votar aqui é inócuo, porque não diz nada. Sabe o que vai dizer esse projeto da divisão territorial? Que volta tudo para a Assembleia analisar caso a caso. É isso que vamos votar, Sr. Presidente. O relatório está assim. Para enganar os outros! Não me sujeito a isso.

Por isso que tem que ser lido o relatório, discutido. E mostrar aos prefeitos que estão aqui que não se votará nada, que é apenas para eles irem embora pensando que estão satisfeitos, mas não há nada para votar. Essa é a verdade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu tenho poder de suspender a sessão, mas não farei isso. Consultarei os Srs. Deputados sobre suspendermos a sessão por 40 minutos. Os deputados que concordam com a

suspensão permaneçam como se encontram. Por unanimidade, a sessão está suspensa por 40 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Elmar Nascimento):- Declaro aberta a sessão e suspendo por mais 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Elmar Nascimento):- Declaro aberta a sessão e a suspendo por mais de 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reaberto os trabalhos.

Srs. Deputados, tendo em vista que senti que não chegaram a um acordo, vou propor votar o projeto do deputado João Bonfim e vamos encerrar a sessão. Infelizmente não chegamos a um acordo.

Deputado Clóvis Ferraz, vamos votar só...

Não há condições. Fazemos um acordo e toda hora um chega, outro chega... Aí não dá. Não aguento mais isso, porque é impossível. A gente faz um acordo, mas chega um e fala, depois chega outro e fala... um bota uma vírgula, outro bota outra vírgula... Vamos votar o projeto do deputado João Bonfim e, infelizmente, não vamos ter recesso enquanto não votarmos a LDO e o projeto do deputado Álvaro também.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Vamos tentar fechar um acordo, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não tem condição, deputado João Carlos, porque fecha-se o acordo e, aí, vem um deputado manda botar uma vírgula, aí depois vem outro e manda botar um ponto, depois vem outro, manda botar... Aí fica difícil, infelizmente. Desde cedo estamos tentando fazer o acordo. O deputado Paulo Azi está coordenando corretamente, com muita boa vontade...

O Sr. Paulo Azi:- Não estou coordenando nada, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Coordenando não, participando. Chega um deputado manda botar uma vírgula, outro manda botar um ponto... Infelizmente, não temos condições.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Vamos tentar, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu já fiz um apelo. Toda hora...

Vamos suspender a sessão por mais 10 minutos, tempo final. Se chegarem a um acordo bem, se não chegarem, paciência.

O Sr. PRESIDENTE (Antônio Menezes):- Suspendo esta sessão por 01 hora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Vejam bem, infelizmente não se chegou a um acordo para a votação da LDO, é um fato. Quero registrar aqui que o deputado Waldenor, o deputado Heraldo, os Líderes todos fizeram o possível, mas não chegaram a um acordo. E não vamos entrar em recesso oficialmente.

Gostaria de propor que votássemos os seguintes projetos hoje: o projeto do deputado João Bonfim, o dos professores indígenas, o da tarifa-assinatura e, se também quiserem, o do Ministério Público. Tem que ser por acordo, estou propondo, mas só podemos votar por acordo, e faço um apelo aos Srs. Líderes. Coloco os quatro

em votação se quiserem. A LDO, infelizmente, não entraram em acordo. Não havendo acordo, paciência.

Em consideração às pessoas que estão nas Galerias, estou propondo colocar em votação, primeiro, o projeto do deputado João Bonfim.

O deputado Waldenor concorda?

O Sr. Waldenor Pereira:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Heraldo Rocha concorda?

O Sr. Heraldo Rocha:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Infelizmente, não posso colocar em votação.

(O deputado Heraldo Rocha fala fora do microfone que só vota todos os projetos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, votamos todos os projetos, concordo.

Não estou querendo jogar a Oposição contra a Situação, não é o meu papel, só quero que cheguemos a um acordo. Só estou pedindo, é um pedido meu, que votemos o do deputado João Bonfim e o dos professores indígenas. Estou pedindo que votemos esses dois, é um pedido meu, porque, infelizmente, não chegamos a um acordo. Estou pedindo para votarmos em consideração aos índios que estão aqui e aos prefeitos, independentemente... Que a Oposição tem a arma política da LDO, concordo. Então, estou fazendo um pedido para votarmos esses dois. Os outros, só se houver acordo.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex^a que é bom que a plateia que está assistindo veja o esforço que tem sido feito, tanto pela Bancada do governo quanto pela Bancada da Oposição. Tanto que já somos favoráveis, devido a uma negociação que houve, ao projeto dos limites territoriais. Isso já foi aprovado pela Bancada da Oposição e pela Bancada do governo. E os demais também. Mas só votaremos esses projetos em bloco, não vamos votar projeto isolado, essa é a posição da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, vamos votar todos, não tem problema.

O Sr. Heraldo Rocha:- Desde que o governo cumpra o compromisso conosco. Se o governo cumprir o compromisso, votamos todos os projetos hoje.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, para conhecimento de todos que se encontram aqui, nesta Casa Legislativa, nós já flexibilizamos, na busca do entendimento, várias questões que foram colocadas.

Primeiro, conseguimos incluir o projeto do Ministério Público, que até há poucos minutos estava sendo apresentado para nós como uma condição para

votarmos a LDO, e o projeto dos limites territoriais. Os prefeitos são testemunhas e acompanharam que fui procurado para assinar a dispensa de formalidades para o projeto do Ministério Público.

Conseguimos resolver o problema; consultamos a Procuradoria Jurídica do Estado e conseguimos uma alternativa de votação. Já comunicamos ao sindicato dos servidores do Ministério Público e concordamos em votar o projeto. Inclusive, acordamos que o relator do projeto deveria ser o deputado Carlos Gaban.

Segundo, fui procurado durante todo o dia pelo deputado João Carlos Bacelar para colocarmos em votação o projeto que trata de uma adequação dos recursos hídricos. Concordei em colocar o projeto em votação e acertamos que o deputado João Carlos Bacelar seria o relator.

Terceiro, foi-nos solicitado um ofício comprobatório de que as ambulâncias que foram acertadas, acordadas desde o ano passado como emendas parlamentares, estavam disponibilizadas. Queriam ser devidamente informados sobre a disponibilização dessas ambulâncias.

Elaboramos um ofício e apresentamos o compromisso, respondendo ao ofício do deputado, de que houve a disponibilização das ambulâncias que foram acordadas desde o ano passado, como emendas parlamentares, informando devidamente sobre a disponibilização dessas ambulâncias. Elaboramos um ofício, apresentamos o compromisso, respondendo ao ofício do deputado, de que houve a disponibilização das ambulâncias.

Quarto ponto: acordamos a relatoria do projeto dos limites territoriais para ser dada ao deputado Clóvis Ferraz. Anteriormente, estava acertado para ser relatora a deputada Fátima Nunes. Abrimos mão da relatoria desse projeto e o concedemos ao deputado Clóvis Ferraz. Portanto, a Liderança do governo está fazendo o impossível dentro do processo de flexibilização para votarmos o projeto da LDO. Mais do que isso, sinceramente, é impossível. A não ser que as demandas apareçam a cada acordo que se faz.

O Sr. Leur Lomanto Junior: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira: - Respeitosamente, estamos acordando, acolhendo todas as quatro proposições que a Oposição nos apresentou: votar o projeto do Ministério Público; votar o projeto dos recursos hídricos, inclusive com a relatoria para o deputado João Carlos Bacelar, acatando, as emendas propostas; a relatoria do projeto dos limites territoriais para o deputado Clóvis Ferraz e uma relatoria para Carlos Gaban. É bom que os prefeitos aqui presentes, os indígenas, os brancos e todos os interessados vejam que nós flexibilizamos ao máximo. Portanto, queria conclamar o deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, para votarmos, realmente, em bloco todos os projetos, essa é a nossa vontade, porque, de fato, a Liderança do governo flexibilizou ao máximo. Não me lembro, nos últimos tempos, que tenhamos flexibilizado tanto como hoje para poder facilitar o entendimento e aprovarmos os projetos.

Esse esclarecimento, deputado Heraldo, é necessário para não parecer que não nos esforçamos na perspectiva da aprovação dos projetos que se encontram em pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, quero deixar bem claro o posicionamento do PMDB em relação ao projeto dos limites territoriais. Somos favoráveis, foi um processo de negociação, já assinamos a dispensa de formalidades, somos favoráveis ao projeto do Ministério Público também. Agora, há um acordo entre a Bancada da Oposição e o PMDB para só votarmos esses projetos em bloco.

Faço um apelo ao deputado Waldenor. Deputado Waldenor, basta que o governo encaminhe um ofício no mesmo teor das palavras que V.Ex^a externou. Não chegou ofício nenhum ainda com relação às ambulâncias, deputado. Se o governo encaminhar os ofícios com o mesmo teor das palavras de V.Ex^a, se esse ofício for encaminhado aos deputados, eu lhe garanto que facilitará muito o acordo, deputado Marcelo Nilo, para votarmos os projetos em bloco. Além disso, o PMDB, junto com a Oposição, sempre deixou muito claro que só votaria os projetos em bloco. Há o projeto dos recursos hídricos, para o qual não há resposta ainda, o veto do Judiciário e a emenda que aumenta recursos para a segurança pública, que também não tiveram ainda uma resposta por parte do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, esta Casa é uma Casa política, do contraditório. Fico muito feliz em ver a Bancada da Oposição e a Bancada do governo, com suas armas políticas, lutarem cada um buscando seu espaço político.

Quero registrar com muita clareza que não estou aqui para criticar a Oposição nem o governo. Acho que a Bancada da Oposição tem todo o direito de fazer suas reivindicações.

Agora, gostaria de fazer um apelo: existem sete projetos. Sete! Principalmente a LDO. E só podemos entrar em recesso depois de votarmos a LDO. Quero fazer um apelo para votarmos esses dois projetos e ficam cinco em negociação. O projeto do deputado João Bonfim não é de interesse da Bancada do governo nem da Bancada da Oposição, é de interesse de todos os municípios.

Quero dizer aqui, deputado Heraldo, do fundo da minha alma...

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou conceder a V.Ex^a.

(...) do fundo da minha alma, acho salutar o pleito da Oposição, acho salutar o pleito da Base do governo, mas agora não vamos querer inviabilizar esses dois projetos fruto de uma carta que não sai aqui ou não sai acolá. Estou aqui fazendo um apelo como presidente porque só podemos votar. Faço um apelo para votarmos o do deputado João Bonfim, das carreiras indígenas e o do Ministério Público e continua a batalha política pela LDO. Quero registrar aqui que continua a batalha política pela LDO.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Gostaria de que V.Ex^a suspendesse a sessão por 5

minutos, para que possamos ter o consenso da nossa Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de suspender...

O Sr. Heraldo Rocha:- Agora, em atendimento ao pleito de V.Ex^a quero deixar bem claro que a Oposição, não é que ela esteja fazendo o seu papel, é porque hoje o governo não tem maioria na Casa, já sofreu muito aqui, Sr. Presidente, com o rolo compressor. Quando tínhamos 11 deputados na nossa Bancada, fomos obrigados aqui a engolir votações, mesmo aquelas que não queríamos. Então, hoje, tem que negociar, tem que sentar para negociar.

Quero pedir 5 minutos a V.Ex^a em atendimento ao apelo de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder os 5 minutos, deputado Heraldo, o apelo que faço é para votar esses dois projetos e caso amanhã pela manhã chegue a um acordo da famosa correspondência, votaremos a LDO.

Suspendo a sessão por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus declaro reaberto os trabalhos e concedo a palavra ao nobre Líder da Oposição, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, reunido o conselho, com a participação do Líder do PMDB, e aqui eu sou apenas um interlocutor da nossa bancada, comunico a V.Ex^a que nós votaremos amanhã, com o quorum de hoje, desde que o governo atenda a todas as nossas reivindicações.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a não vai votar o do deputado João Bonfim.

Então, não vou poder colocar em votação, porque o Líder da Oposição, infelizmente, não quer votar.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*